

Congresso votará URP só na semana que vem

O decreto-lei que congelou a URP dos meses de abril e maio para o funcionalismo público só será votado pelo Congresso Nacional na próxima semana. A decisão é do presidente da Casa, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), alegando que a apreciação do projeto de lei que regulamenta as eleições municipais deste ano pelo Senado é matéria prioritária.

Apesar da decisão de Lucena, parlamentares ligados ao movimento dos servidores tentavam fazer pressão para que ele colocasse a matéria em votação o mais rápido possível, embora já saibam de que a URP de abril e maio já está perdida para os funcionários, já que o decreto-lei, mesmo se rejeitado pelo Congresso Nacional, não tem efeito retroativo.

A esperança dos que defendem os servidores é que muitos parlamentares governistas «vão querer dar uma no cravo e outra na ferradura», ou seja, aprovam os 5 anos para Sarney e rejeitam o congelamento da URP, para não ficarem completamente mal com a população.

De acordo com o deputado Geraldo Campos, a derrubada do decreto-lei agora teria efeito político. Em primeiro lugar, anteciparia a reposição dos percentuais da URP dos dois meses, que só serão pagos em janeiro do ano que vem; em segundo, muitos servidores das estatais, que têm sua data-base nos meses de abril e maio, teriam mais força para negociar uma reposição salarial maior com a rejeição do decreto.